COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.184, DE 2014

Isentam os Municípios da comprovação de adimplência nas liberações de verba nos estados de emergência.

Autor: Deputado PAULO MAGALHÃES

Relator: Deputado RAFAEL MOTTA

I - RELATÓRIO

A Proposição em exame visa isentar o Município da comprovação de adimplência nas liberações de verbas em situações de emergência, calamidade e desastre, reconhecidas pelos governos estadual e federal. Neste sentido, dispensa-se a apresentação de certidões de quitações das obrigações de adimplências financeiras, do adimplemento na prestação de contas de convênios, das obrigações de transparência e do adimplemento de obrigações constitucionais ou legais, constantes do CAUC – Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias.

Em sua Justificação, o Autor considera incompreensíveis essas exigências diante das circunstâncias de emergência, calamidade e desastre. Trata-se de situações em que as liberações de recursos têm de ser imediatas e são essenciais para a manutenção da vida e recuperação do ambiente habitável.

A matéria tramitou inicialmente na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, onde logrou aprovação unânime. Nesta Comissão, serão apreciados os aspectos relacionados à compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, e ao

mérito. Sendo o regime de tramitação ordinária, com apreciação conclusiva pelas Comissões, a última etapa na Casa é a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, art. 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”.

Dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, art. 32, X, *h*) que se sujeitam ao exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública. Adicionalmente, estabelece a Norma Interna desta Comissão Temática, em seu artigo 9º, que “quando a matéria não tiver implicações orçamentárias e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não”.

O Projeto em tela propõe isentar o Município que se encontrar em estado de emergência, de calamidade ou de desastre, reconhecido pelo Governo Estadual e Federal, da comprovação de adimplência para as liberações de recursos destinados a minorar as consequências da situação.

A guisa de informação, o Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, que rege o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), estabelece a conceituação dos termos:

Desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

Situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que comprometam parcialmente a capacidade de resposta do poder público do ente atingido;

Estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que comprometam substancialmente a capacidade de resposta do poder público do ente atingido.

Observa-se que as situações expostas ocorrem de forma imprevisível e urgente, tornando-se imprescindível a liberação de recursos necessários à manutenção da vida e recuperação do ambiente habitável.

Conforme o art. 4º da Lei nº 12.983, de 02 de junho 2014, são “obrigatórias as transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas ou com risco de serem atingidas por desastres, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos pela legislação aplicável.” Dentre os requisitos, não consta, com efeito, que o ente beneficiário tenha que apresentar comprovação de adimplência, exigência para os casos de transferência voluntária.

A Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, conhecida como Lei de Licitações, autoriza que em algumas situações o gestor público contrate sem que previamente realize procedimento licitatório. No caso de situação de emergência ou de calamidade pública, é possível a dispensa de licitação.

Do mesmo modo, o Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, em seu art. 7º, § 3º, dispensa o fornecimento de informações previstas neste decreto para o reconhecimento da situação de emergência ou calamidade pública, em situações de intenso impacto social, econômico e ambiental.

Impende salientar que de acordo com estudos realizados em abril deste ano pela Confederação Nacional dos Municípios, dos 5.568 municípios brasileiros, 4.638 tiveram algum tipo de apontamento no Cadastro Único de Convênios (Cauc). No meu Estado, por exemplo, são muitos os municípios que atualmente apresentam pendências junto ao Cauc e estão impedidos de receber recursos para amenizar a pior seca enfrentada no Rio Grande do Norte nos últimos cem anos.

No entanto, o impedimento decorrente do descumprimento de acordos firmados entre a União e os gestores municipais não pode penalizar a população, que já está submetida a uma situação de vulnerabilidade diante das situações de emergência, calamidade ou desastre. É consenso, pois, que esses impedimentos devem ser responsabilizados aos gestores, por meio de legislação específica vigente, e não à população.

Em vista do exposto, a isenção de comprovação de adimplência nas liberações de verbas destinadas a minorar as situações previstas pelo Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, não implica em aumento ou diminuição da receita pública, não cabendo pronunciamento desta Comissão quanto à sua adequação orçamentária e financeira, e quanto ao mérito, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 7.184, de 2014.

Sala da Comissão, em de setembro de 2015.

Deputado RAFAEL MOTTA
Relator